

Lucio Flavio Pinto

⁴⁴⁶⁸
A encruzilhada

O choque armado chegou ao garimpo, no Pará. Ontem, segundo uma versão ainda precária, os garimpeiros do igarapé do Cuca atacaram o acampamento da Mineração Ouro Norte, que fica em São Félix do Xingu, matando, três funcionários da empresa. A iminência de novos choques levou o chefe do destacamento da Polícia Militar em Tucuman a pedir reforço de tropa, mas, no final da tarde, a situação já parecia sob controle e a solicitação havia se tornado desnecessária.

A novidade do conflito em sua versão paraense estava justamente na qualidade dos antagonistas: de um lado garimpeiros, do outro uma empresa. Até agora vinham ocorrendo escaramuças internas nos garimpos, choques com índios e atritos com o governo. O novo tipo de litígio indica a gravidade assumida pelos problemas, que se espraiam na rota do ouro.

No Mato Grosso, no garimpo de Alta Floresta, e, mais remotamente, em Rondônia, durante a "corrida" à cassiterita no início da década de 70, empresas e garimpeiros travaram autênticas guerras, só encerradas com a intervenção estatal, após um longo período de desgaste. Agora, esse tipo de confrontação chega ao Pará.

O garimpo do Cuca é um entre outros 30 que foram surgindo, a partir de 1981, com a descoberta de Serra Pelada. É difícil dizer quantos garimpos e garimpeiros existem realmente nesse bolsão, parcela de um conjunto de áreas por onde avança a febril frente do ouro. Semanalmente surgem e fecham garimpos, cresce ou diminui a população de garimpeiros.

A bússola desses faiscadores é o menor fragmento de notícia: mal ela surge, transmitida pela mais eficiente rede de informações (que não é eletrônica, nem mesmo mecânica), acórrrem os espíritos aventureiros. Serra Pelada transformou-se em divisor de águas: depois dela, ninguém mais duvida que o subsolo paraense esconde significativos depósitos auríferos.

Essa "corrida" envolve complexas teias de relações e problemas. Uma delas antepõe detentores legais de direitos de mineração a mineiradores de fato. Até então, os campos tinham algum tipo de delimitação mais nítida. Mas no caso do ouro fica difícil distingui-los. E, após Serra Pelada, muito mais complicado ainda.

O governo, enquanto fonte de políticas, não está conclusivamente definido a respeito: alguns de seus braços agem em certa direção, enquanto outros braços manejam em sentido oposto. Explica-se essa dubiedade, matriz de uma série de posições contraditórias: O governo descobriu que o ouro é a sua maior ou mesmo única fonte de divisas, líquidas, no momento. O que interessa é aumentar a produção a qualquer custo. Os meios são secundários.

Com Serra Pelada, os garimpeiros puderam aprender uma lição: mesmo que haja uma empresa com concessão de lavra ou direito de pesquisa mineral na área, eles terão prioridade se de sua presença resultar benefício social. O Código de Mineração deixou de ter aplicação automática: sofreu a mediação de uma interpretação política. Para uns, de politicagem. Para outros, de política mesmo.

A apuração concreta permite múltiplas interpretações, conforme a ótica adotada. Abstraindo-as, porém, e considerando apenas a retórica das intenções, fica uma consequência: o compromisso governamental com a garimpagem quando ela se choca com a lavra mecanizada.

Os garimpeiros foram avançando, cavando o chão em busca do ouro onde houvesse o mínimo de possibilidade. Um desses locais é o igarapé do Cuca, seis quilômetros de curso d'água a 40 quilômetros de Tucuman, a sede do projeto de colonização da Construtora Andrade Gutierrez. Ali, a Promix tinha conseguido um alvará de pesquisa para cassiterita, abrangendo 10 mil hectares. Não chegando ao aproveitamento do minério, transferiu os direitos à Mineração Marajó (depois Mineração Ouro Norte).

A Ouro Norte teria investido quase um bilhão de cruzeiros para realizar a lavra experimental na área de concessão, instalando uma usina capaz de processar 20 mil metros cúbicos por mês para a recuperação de ouro e, secundariamente, de cassiterita. Mesmo a nível de planta piloto, porém, a empresa disse que não poderia trabalhar ao lado dos garimpeiros, pedindo ao DNPM que cumprisse o Código de Mineração e os retirasse.

O DNPM tentou uma solução negociada. Não conseguiu. Os 50 proprietários de moto-bombas, que operam no igarapé, e seus 250 meias-praças não aceitaram sair, recorrendo ao exemplo de Serra Pelada e alegando direitos adquiridos. A empresa teria partido para represálias.

A fim de acumular água para o serviço da usina, a empresa construiu uma barragem, que inundou quatro quilômetros do igarapé, a montante. Os garimpeiros tiveram que sair dali. Os estabelecidos a jusante foram beneficiados pelo ressecamento do leito com o represamento, até que a empresa teria mandado abrir as comportas, inundando tudo, provocando a perda do material acumulado e causando vítimas. Daí ao choque direto foi um passo.

Passo que deve ser bem avaliado: enquanto tira por um lado, ao cumprir rigorosamente o Código de Mineração, o governo repõe por outro lado, ao comprar a produção de ouro do garimpo. As mãos antagônicas pertencem ao mesmo corpo, até prova em contrário.